



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

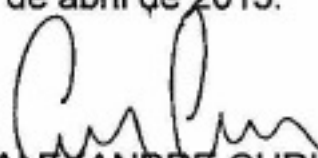
Redação Final ao Projeto de Lei nº 14/2015 (Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

Concessão do Título de Cidade das
Orquídeas ao Município de Maripá.

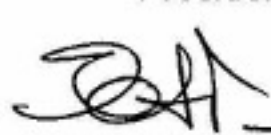
Art. 1º Concede ao Município de Maripá o Título de
Cidade das Orquídeas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Salá das Comissões, 7 de abril de 2015.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 164/2015 (Autoria do Poder Executivo)

Alteração da Lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015,
que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência
do Estado do Paraná.

Art. 1º O inciso III do art. 86 da Lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - ficha cadastral do requerente conforme modelo emitido pelo Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado responsável pela política pública da pessoa com deficiência, a ser preenchida junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná - COEDE/PR;"

Art. 2º O art. 87 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 87. Nos casos de deficiência permanente, fica dispensada a apresentação de laudo médico na renovação da concessão do passe livre, devendo apresentar novamente os demais documentos exigidos no art. 86 desta Lei. (NR)"

Art. 3º O inciso II do art. 89 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - renda bruta per capita superior a dois salários mínimos estadual do Grupo I.;"

Art. 4º O inciso III do art. 96 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - existência de membros da família com renda superior a dois salários mínimos estadual do Grupo I no momento da renovação do passe livre concedido (aumento da renda familiar posterior à concessão do benefício). (NR)"

Art. 5º O inciso IV do art. 229 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado responsável pela política pública de Assistência Social, a serem indicados pelo titular da pasta;"

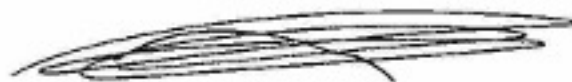
Art. 6º O art. 232 da Lei nº 18.419, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 232. A ampliação da composição do COEDE/PR prevista nesta Lei será implementada a partir da próxima eleição, permanecendo válida, até então, a composição prevista no Decreto nº 10.315, de 28 de fevereiro de 2014, e suas posteriores alterações. (NR)"


Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.


Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
HUSSEIN


Relator
Eduardo


Relator
TAF Lemos


Relator
TAF



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 193/2015 (Autoria do Poder Executivo)

Regulamentação do Quadro Próprio e cargos
comissionados do Departamento de Trânsito
do Paraná – Detran/Pr.

TÍTULO I QUADRO PRÓPRIO DO DETRAN/PR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná- QPDE, constituído por cargos públicos de provimento efetivo, com quantidades fixadas por cargo e classe, na forma do Anexo I desta Lei, será composto por três carreiras, assim denominadas:

I - carreira de Analista de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Analista de Atividades de Trânsito, estruturada em três classes com doze referências;

II – carreira de Técnico de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Técnico de Atividades de Trânsito, estruturada em três classes com doze referências;

III – carreira de Auxiliar de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Auxiliar de Atividades de Trânsito, estruturada em três classes com doze referências.

§ 1º São integrantes do QPDE, regulamentado por esta Lei, os servidores estatutários, ocupantes de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 13.666, de 5 de julho de 2002, alocados no Detran/Pr, que assim

optarem na forma do parágrafo único do art. 36 desta Lei.

§ 2º A carreira referida no inciso III deste artigo constará no QPDE em extinção.

§ 3º As quantidades de cargos vagos na classe poderão ser redistribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

CAPÍTULO II DA CONCEITUAÇÃO ESTRUTURAL DA CARREIRA DO QPDE

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - carreira: agrupamento de cargos, escalonados em classes e referências, constantes em tabela de referência de vencimento;

II - cargo: é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional, que devem ser cometidas ao servidor, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria, pagamento pelo erário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

IV - grau de complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

V - provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VI - progressão: é a passagem do servidor estável de duas referências salariais imediatamente superiores na mesma classe, limitada à referência final da classe.

VII - promoção: passagem do servidor público estável, e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo, de acordo com Tabela de Referência de Vencimento, podendo ser concedida por titulação ou antiguidade;

VIII - realocação: movimentação funcional dentro do mesmo órgão, observados os critérios previamente estabelecidos pelo titular do Detran/Pr, ficando condicionada ao juízo de conveniência e interesse da

administração pública, a pedido do funcionário ou *ex-officio*.

IX - Tabela de Referência de Vencimento: é a sequência escalonada verticalmente de referências do vencimento do cargo, dividida em três classes;

X - amplitude salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da classe inicial e a última referência da classe final;

XI - vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei;

XII - remuneração ou vencimentos: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei;

XIII - interstício: é o prazo mínimo exigido para solicitar nova promoção ou progressão;

XIV - Perfil Profissiográfico: é o documento formal da descrição de funções dos cargos, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, requisitos de escolaridade, exigências físicas, psicológicas e profissionais e demais condições necessárias ao desempenho do servidor nos cargos e funções.

CAPÍTULO III DO INGRESSO E PERFIL PROFISSIONAL

Art. 3º O ingresso no QPDE se dará mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, observada a escolaridade estabelecida no Anexo II desta Lei, podendo integrar a seleção o exame psicológico, passível de delegação sob supervisão do órgão da administração de pessoal do Poder Executivo, bem como Curso de Formação, exceto para cargo/função em extinção.

§ 1º A inspeção médica precederá o ingresso no serviço público estadual.

§ 2º A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

§ 3º O Curso de Formação, quando houver, terá caráter eliminatório ou classificatório.

§ 4º Outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função poderão ser previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Art. 4º O ingresso na carreira se dará na classe e referência inicial e de acordo com as exigências previstas para o cargo e função.

Art. 5º Será adotado o Perfil Profissiográfico para a realização de concurso público, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades do Detran/Pr, formação, capacitação profissional, aperfeiçoamento e outros institutos de desenvolvimento em cada carreira.

§ 1º O Perfil Profissiográfico completo será encaminhado para publicação pelo Detran/Pr no prazo de até doze meses a partir da edição desta Lei, por meio de resolução conjunta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – Seap e da Casa Civil, com participação do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – Detran/Pr.

§ 2º A regulamentação dos critérios e dos instrumentos específicos relativos à configuração do Perfil Profissiográfico poderá ser alterada, sempre que se considerar necessário ou de interesse institucional, por meio de resolução conjunta nos moldes da resolução que regulamentar o Perfil Profissiográfico.

CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 6º O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do Detran/Pr, em virtude de concurso público, será submetido à Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório – AVDE, uma por ano, nos três primeiros anos como condição para aquisição da estabilidade.

Art. 7º O período de estágio probatório será de três anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 8º A AVDE verificará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do servidor no desempenho das atribuições do cargo e função para os quais foi nomeado.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Seap, regulamentará a AVDE.

Art. 9º A estabilidade será declarada por ato conjunto da Seap e o Detran/Pr, após encerramento do processo de AVDE.

Art. 10. A reprovação na avaliação do estágio probatório resultará na exoneração do servidor, respeitados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei.

CAPÍTULO V DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 11. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras do Detran/Pr é de quarenta horas semanais, com jornada de oito horas diárias, com exceção da função de médico, que será de vinte horas semanais com jornada de quatro horas diárias.

CAPÍTULO VI DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 12. O desenvolvimento profissional nas carreiras se dará pelos institutos da progressão e promoção, formalizado por meio de requerimento do servidor, atendendo às normas estabelecidas.

Art. 13. A progressão poderá ser concedida por titulação ao servidor estável, a cada dois anos de efetivo exercício na referência, e uma vez atendidos os seguintes requisitos:

I – cargo de Analista de Atividades de Trânsito: ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de oitenta horas de curso, relacionadas à sua função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo Detran/Pr ou pela Escola de Governo;

II – cargo de Técnico de Atividades de Trânsito: ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de sessenta horas de curso, relacionadas com a função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo Detran/Pr ou pela Escola de Governo;

III – cargo de Auxiliar de Atividades Trânsito: ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de quarenta horas de curso, relacionadas com a função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo Detran/Pr ou pela Escola de Governo.

§ 1º Para a concessão da progressão deverá ser respeitado interstício de tempo mínimo de dois anos da última progressão.

§ 2º Os cursos realizados pela Escola de Governo do Paraná – Sistema Integrado de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos serão aceitos para os fins da progressão por titulação.

§ 3º A primeira progressão somente poderá ser requerida após o cumprimento do estágio probatório.

§ 4º Para fins do disposto nos termos de titulação, considera-se como cursos eventos de aperfeiçoamento ou capacitação promovidos por entidades privadas ou públicas devidamente reconhecidas no campo de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos ou nos termos de educação profissional.

Art. 14. A promoção ocorrerá alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento, sendo que na primeira promoção o servidor deverá optar pelo critério que entender mais conveniente.

§ 1º Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontrar na Classe III com tempo mínimo de quinze anos completos de efetivo exercício.

§ 2º Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontrar na Classe II com tempo mínimo de vinte anos completos de efetivo exercício.

§ 3º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontrar na Classe III, com tempo mínimo de dez anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º deste artigo.

§ 4º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontrar na Classe II, com tempo mínimo de vinte anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º deste artigo.

§ 5º A titulação para fins de promoção por merecimento atenderá aos seguintes critérios:

I - para os servidores ocupantes do cargo de Analista de Atividade de Trânsito, titulação compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação na forma de pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado, conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

II - para os servidores ocupantes do cargo de Técnico de Atividade de Trânsito:

a) titulação na forma de curso de ensino médio profissionalizante que não tenha sido exigência de ingresso, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de 180 (cento e oitenta) horas, compatíveis com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

III - Para os servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Atividade de Trânsito:

a) titulação na forma de curso de ensino médio, curso de ensino médio profissionalizante, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas

modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de oitenta horas, compatíveis com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

Art. 15. O tempo a ser computado para fins de promoção observará:

I - o período de estágio probatório;

II - não contemplará tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público.

Parágrafo único. A promoção ocorrerá somente dentro de uma mesma carreira correspondente ao cargo e função ao servidor estável.

Art. 16. A comprovação do título antiguidade se dará através dos registros disponíveis no sistema de Recursos Humanos administrados pela Seap em anos de efetivo exercício medido em tempo para adicional.

Art. 17. A comprovação do título merecimento se dará mediante apresentação de fotocópia autenticada frente e verso do diploma ou certificado acompanhado do histórico escolar e através dos registros disponíveis no sistema de Recursos Humanos administrados pela Seap.

Art. 18. Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico, os quais ficarão sem eficácia para os institutos de desenvolvimento na carreira.

Parágrafo único. Cursos ministrados pelo Detran/Pr, os quais são específicos para desempenhar funções próprias do Departamento serão aceitos para promoção e progressão.

Art. 19. Os efeitos financeiros serão contados a partir da data de publicação de ato de concessão da promoção ou progressão.

Art. 20. O servidor não poderá se candidatar à promoção por titulação ou à progressão nos casos de afastamento em virtude de mandato eletivo ou disposição funcional para outras esferas do poder.

Parágrafo único. Não haverá promoção de aposentados, geradores de pensão e servidores afastados sem remuneração.

CAPÍTULO VII DOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Art. 21. O Detran/Pr e a Escola de Governo instituirão cursos de

aperfeiçoamento profissional, voltados para a capacitação e especialização do servidor na carreira, os quais observarão regulamentação estabelecida por ato próprio do Diretor-Geral do Detran/Pr.

Parágrafo único. Os cursos terão por objetivo a formação e a capacitação profissional na busca constante da excelência dos serviços prestados.

CAPÍTULO VIII DO VENCIMENTO, DA REMUNERAÇÃO E VERBAS INDENIZATÓRIAS

Art. 22. A estrutura de remuneração dos servidores do Detran/Pr de cargos de provimento efetivo é composta por:

- I - vencimento básico;
- II – adicional por tempo de serviço;
- III – salário família.

Parágrafo único. Aplica-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, a Tabela de Referência de Vencimento, na forma do Anexo III desta Lei.

Art. 23. As gratificações e demais benefícios referidos neste Capítulo serão devidos ao servidor alocado na respectiva unidade do Detran/Pr, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado ou disposição funcional.

Art. 24. Será concedida aos servidores do QPDE, nos termos de ato do Chefe do Poder Executivo e sem prejuízo de outros benefícios ou vantagens que venham a ser instituídos por lei, a Gratificação pelo Exercício de Serviço de Trânsito Específico – Geste, I, II, III, IV e V fixada em valor unitário, como indicado nos incisos subsequentes, de natureza transitória, relativa ao desenvolvimento de atividades associadas às bancas examinadoras de trânsito teórico e prático, fiscalização e inspeção veicular, exposição às intempéries, entre outras atribuições que competem a essas atividades, na seguinte graduação:

I – Geste I: correspondente à aplicação de Exame Prático de Direção Veicular, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por exame;

II – Geste II: correspondente à aplicação de Exame Teórico, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por turma, limitando ao máximo de dez turmas diárias;

III – Geste III: correspondendo à prestação de Serviço de Vistoria, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

IV – Geste IV: correspondendo à prestação de Serviço de Junta Administrativa de Recursos de Defesa Prévia, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

V – Geste V: Correspondendo à R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por aula, pelo desempenho e exercício de Instrutor de Curso de Reciclagem para Condutores Infratores.

Parágrafo único: Os servidores farão jus à Geste, devendo ter conhecimentos técnicos pedagógicos, conforme critérios estabelecidos pelo Detran/Pr, e serem designados através de Portaria do Diretor-Geral do Detran/Pr.

Art. 25. A Geste será concedida aos servidores do QPDE, nos termos de ato do Chefe do Poder Executivo, e sem prejuízo de outros benefícios ou vantagens que venham a ser instituídos por Lei.

TÍTULO II DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I DOS CARGOS EM PROVIMENTO EM COMISSÃO - CC

Art. 26. Transforma um cargo de Chefe de Controladoria, símbolo DAS-5; um cargo de Assessor, símbolo DAS-5; um cargo de Chefe de Núcleo de Controle Interno, símbolo DAS-5; três cargos de Assistente de Tecnologia, símbolo 1-C; um cargo de Chefe de Ciretran C, símbolo 2-C; seis cargos de Assistente Técnico de Comunicação Social, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente de Coordenadoria, símbolo 4-C; 24 (vinte e quatro) cargos de Assistente de Ciretran A, símbolo 7-C; cinquenta cargos de Assistente de Ciretran B, símbolo 7-C e 76 (setenta e seis) cargos de Assistente de Ciretran C, símbolo 7-C em dois cargos de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-5; um cargo de Chefe de coordenadoria, símbolo DAS-5; três cargos de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo 1-C; sete cargos de Assistente de Diretoria, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente, símbolo 4-C; 150 (cento e cinquenta) cargos de Assistente, símbolo 7-C.

Art. 27. Os cargos em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná, conforme Anexo IV desta Lei, são os seguintes:

I - um cargo de Diretor-Geral, símbolo DAS-1;

II - quatro cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

III - um cargo de Chefe de Controladorias, símbolo DAS-5;

IV - um cargo de Ouvidor, símbolo DAS-5;

- V - um cargo de Chefe de Ciretran A, símbolo DAS-5;
- VI - um cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;
- VII - dois cargos de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-5;
- VIII - onze cargos de Chefe de Coordenadorias, símbolo DAS-5;
- IX - dois cargos de Assessor, símbolo DAS-5;
- X - quatro cargos de Assistente de Engenharia e Arquitetura, símbolo 1-C;
- XI - doze cargos de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo 1-C;
- XII - 24 (vinte e quatro) cargos de Chefe de Ciretran B, símbolo 1-C;
- XIII - onze cargos de Assistente Técnico Jurídico, símbolo 1-C;
- XIV - quatorze cargos de Assistente de Diretoria, símbolo 2-C;
- XV - cinco cargos de Chefe de Posto, símbolo 2-C;
- XVI - 75 (setenta e cinco) cargos de Chefe de Ciretran C, símbolo 2-C;
- XVII - 103 (cento e três) cargos de Assistente, símbolo 4-C;
- XVIII - 150 (cento e cinquenta) cargos de Assistentes, símbolo 7-C; e
- XIX - um cargo de Assistente, símbolo 10-C.

CAPÍTULO II DAS FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Art. 28. As Funções de Gestão Pública do Detran/Pr, conforme Anexo V desta Lei, são as seguintes:

- I - uma função de gestão pública de Assessor, símbolo FG-5;
- II - duas funções de gestão pública de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo FG-10;
- III - três funções de gestão pública de Assistente de Diretoria, símbolo FG-11; e
- IV - seis funções de gestão pública de Assistente de

Coordenadoria, símbolo FG-13.

TÍTULO III DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DE CONFIANÇA E DAS GRATIFICAÇÕES DE ENCARGOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DE CONFIANÇA – FCC

Art. 29. A Função Comissionada de Confiança – FCC, criada pela Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012, exclusiva para servidores do QPDE e que, cumulativamente, exerçam atribuições de Chefia de Divisão, Chefia de Setor e Supervisão de Unidade Organizacional, passa a ser regulamentada por esta Lei, com quantidades e valores, de acordo com o Anexo VI desta Lei.

§ 1º A FCC é de responsabilidade e livre designação e dispensa do Diretor-Geral do Detran/Pr, de acordo com critérios definidos em regulamentação interna, deixando de ser devida no momento em que cessar o exercício da atribuição da respectiva responsabilidade.

§ 2º A FCC é inacumulável com cargo de provimento em comissão, funções gratificadas, Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – Tide e outras gratificações e adicionais com a mesma natureza e característica.

§ 3º A distribuição das FCCs será determinada no Regimento Interno do Detran/Pr.

Art. 30. A FCC é acessível quando preenchidas as condições previstas em lei e seus regulamentos.

§ 1º A FCC é vinculada ao exercício de atividades técnico-gerenciais das estruturas organizacionais formais, possuindo caráter transitório.

§ 2º O ato de provimento deverá ser na forma de designação da autoridade máxima da entidade, publicada no Diário Oficial do Estado, contendo o nome completo do ocupante, RG, código ou simbologia da função e denominação da função.

§ 3º Não poderão ser designados ocupantes para FCC em período retroativo superior a trinta dias.

Art. 31. A contribuição previdenciária do servidor cometido de FCC incidirá somente sobre a remuneração da carreira.

CAPÍTULO II DA GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS – GEE

Art. 32. A Gratificação de Encargos Especiais criada pela Lei nº 17.466, de 2 de janeiro de 2013, exclusiva para servidores do QPDE, passa a ser regulamentada por esta Lei com valor de acordo com o Anexo VIII desta Lei.

§ 1º A gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores lotados no Detran/Pr ocupantes de cargos efetivos, (QPDE), é instituída por atuação direta em atividade técnica e de suporte técnico administrativo, relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de trânsito.

§ 2º Para efeitos desta Lei, consideram-se como atividade técnica e de suporte técnico-administrativo, aquelas exclusivamente relacionadas à programação, ao projeto, ao planejamento, à execução, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação, ao controle e às atividades de apoio administrativo exercidas no âmbito do Detran/Pr, tendo como objetivo a melhoria de resultados, fixada em acordos de gestão, celebrados entre o órgão, seus dirigentes e o Poder Executivo.

§ 3º Na hipótese de o servidor ocupar cargo de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão, simultaneamente, nos casos e formas previstas em Lei, deverá optar pela percepção dos encargos especiais, ou do cargo em comissão.

§ 4º Os encargos especiais não integram a base de cálculo de qualquer outra gratificação, adicional ou vantagem que o servidor perceba ou venha a perceber, à exceção das férias e gratificação natalina, e será incorporável na forma da legislação previdenciária vigente.

Art. 33. Não será devida a gratificação citada no art. 32 desta Lei aos servidores que se enquadram nas seguintes condições:

I - estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus;

II - passarem ao gozo de licença para o trato de interesses particulares;

III - não estiverem em efetivo exercício.

Art. 34. O ato de concessão da Gratificação de Encargos Especiais é de competência do Diretor-Geral do Departamento de Trânsito.

TÍTULO IV CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as

disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do Detran/Pr, ouvidos os órgãos competentes.

Art. 36. Os servidores atualmente lotados no Detran/Pr têm o prazo de noventa dias para optar pelo não enquadramento no QPDE.

Parágrafo único. O enquadramento no QPDE deverá obedecer a correlação de cargos e funções, na forma do Anexo VII desta Lei, na mesma classe e referência ou com valor igual ou imediatamente superior ao atualmente recebido, respeitada a correlação da classe e referência. Os servidores lotados no Departamento de Trânsito no momento da promulgação desta Lei, e optarem em permanecer no QPPE, poderão fazer jus às Gratificações e às FCCs descritas nesta Lei.

Art. 37. O primeiro procedimento de promoção e progressão deste Plano de Carreira terá início a partir de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da entrada em vigor desta Lei, não tendo validade os requerimentos protocolados antes desse prazo.

Parágrafo único. Os títulos utilizados pelos servidores para promoção ou progressão no Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE não poderão ser utilizados novamente para fins de promoção ou progressão no Quadro Próprio do Detran/Pr – QPDE.

Art. 38. Nos casos omissos desta Lei aplicam-se as disposições contidas na Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 39. Será criado grupo interdisciplinar, nos moldes e prazo do art. 5º desta Lei, para apresentar estudo de necessidade de competências, quantidade e alocação de servidores, objetivando a continuidade da prestação dos serviços públicos de competência do Detran/Pr, primando pela eficiência e todos os princípios que norteiam a atividade administrativa, e de acordo com o plano estratégico definido para a entidade.

Art. 40. Os valores do vencimento, a Função Comissionada de Confiança e demais gratificações previstas nesta Lei será reajustado no mesmo percentual e nas mesmas datas previstas na Lei de reajuste geral e anual dos servidores públicos do Estado.

Art. 41. Assegura aos servidores, em afastamento funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe, o direito de promoção e progressão na carreira e retorno à lotação de origem, respeitados os critérios definidos nesta Lei.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 43. Revoga:

I - a Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012; e

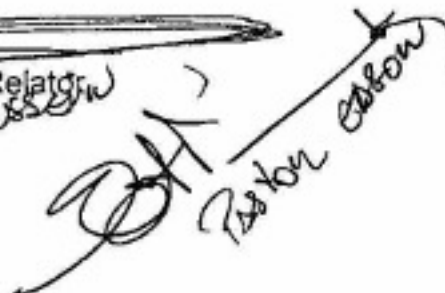
II - a Lei nº 17.466, de 2 de janeiro de 2013.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator
Bussan


Relator Bussan


Prof. Kauts


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

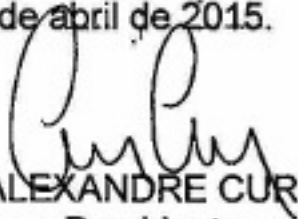
Redação Final ao Projeto de Lei nº 198/2015 (Autoria do Deputado Adelino Ribeiro)

Concessão de Título de Utilidade
Pública à Associação Atos de
Desenvolvimento Social, com sede e
foro no Município de Corbélia.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública à Associação
Atos de Desenvolvimento Social, com sede e foro no Município de
Corbélia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

PROJETO DE LEI 506/14

Criação do Conselho Estadual dos
Direitos dos Refugiados, Migrantes e
Apátridas do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Institui, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

Art. 2º O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, tem por finalidade viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas.

Art. 3º Compete ao Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR:

I – avaliar, deliberar e participar da elaboração das políticas públicas estaduais destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

II – acompanhar e fiscalizar a implementação das políticas públicas estaduais destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

III – propor a adoção de mecanismos e instrumentos para realizar o levantamento e a sistematização de dados sobre a ocorrência de migração e entrada de refugiados no Estado do Paraná;

IV – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

V – assegurar a participação e o controle popular sobre a elaboração e a implementação das políticas públicas para promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, por intermédio de programas, projetos, planos e ações;

VI – indicar as prioridades de atuação, auxiliando na aplicação de recursos públicos estaduais destinados à implementação das políticas públicas estaduais voltadas aos refugiados, migrantes e apátridas;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VII – acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Estado, indicando à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU as modificações necessárias à consecução da política pública estadual formulada, bem como para o adequado funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR;

VIII – receber, encaminhar e acompanhar as denúncias relacionadas às violações dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas aos órgãos competentes, na forma prevista em Regimento Interno;

IX – encaminhar estrangeiros que sejam identificados como vítimas de tráfico de pessoas ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Paraná – NETP/PR;

X – propor e fomentar a realização de campanhas destinadas à promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

XI – acompanhar e fiscalizar a implementação das ações, programas e projetos decorrentes de Tratados e Convenções Internacionais;

XII – instituir Câmaras Técnicas ou instâncias compostas por membros do Conselho, com a finalidade de promover a discussão e a articulação de temas relevantes para a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas no Estado do Paraná;

XIII – prestar colaboração técnica e informativa, em sua área de atuação, aos Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná e às entidades da sociedade civil organizada;

XIV – indicar alterações legislativas, quando necessário, para o aperfeiçoamento da legislação vigente;

XV – incentivar e realizar estudos, debates e pesquisas sobre a temática;

XVI – promover e manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais, visando à defesa e promoção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

XVII – emitir notas de recomendação às entidades públicas e privadas para assegurar a proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas, fixando prazo razoável para seu atendimento ou para manifestação das entidades;

XVIII – orientar agentes públicos, formuladores e gestores das políticas públicas, sobre as ações de promoção dos direitos e deveres dos solicitantes de refúgio, refugiados, migrantes e apátridas;

XIX – promover a capacitação e instrumentalização dos conselheiros estaduais e municipais dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas;

XX – pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU;

4



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

XXI – elaborar e apresentar, anualmente, ao Secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, ao Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania e à sociedade civil, relatório circunstanciado de suas atividades desenvolvidas durante o período;

XXII – aprovar, de acordo com os critérios a serem estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento aos refugiados, migrantes e apátridas;

XXIII – elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR.

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado do Paraná, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o cumprimento das suas competências.

Art. 4º O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR será composto por 22 (vinte e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

Art. 5º A representação do Poder Público será composta por:

I – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETP, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Educação SEED, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM, a serem indicados pelo titular da Pasta;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Casa Civil - CC, a serem indicados pelo titular da Pasta;

X – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Defensoria Pública da União, a ser indicado pelo Defensor Público Geral;

XI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Universidade Federal do Paraná - Catedra Sérgio Vieira de Mello, a ser indicado pelo Reitor da Instituição.

Art. 6º A representação da sociedade civil organizada será composta por 11 (onze) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral a ser convocada para este fim específico, dentre as entidades da sociedade civil organizada obrigatoriamente ligadas à proteção e defesa dos direitos dos refugiados, migrantes ou apátridas, estatutária ou por carta de princípios, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 7º Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, com direito a voz, mas sem direito a voto:

I – 01 (um) representante do Ministério Público Federal e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Procurador Regional da República;

II – 01 (um) representante do Ministério Público do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná;

III – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná;

IV – 01 (um) representante do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente do Comitê CETP/PR;

V – 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Defensor Público Geral;

VI – 01 (um) representante da Polícia Federal e seu suplente, preferencialmente que atuem na Delegacia de Imigrantes, a serem indicados anualmente pelo Superintendente Regional do Paraná.

Art. 8º O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, poderá convidar para participar de suas reuniões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 9º Considera-se o exercício da função de Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR como de serviço público relevante e prioritário, justificando ausência a outros serviços, e sem percepção de remuneração ou gratificação.

Art. 10. Os membros do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná.

Art. 11. O mandato dos membros do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR é de 03 (três) anos, sendo permitida a recondução.

Art. 12. Caberá aos órgãos públicos e à sociedade civil organizada a indicação de seus membros efetivos e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU.

Art. 13. Os representantes da sociedade civil organizada e seus respectivos suplentes somente serão destituídos de seus mandatos por deliberação da maioria qualificada do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 14. O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

Art. 15. As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR em primeira convocação serão tomadas pela maioria simples, estando presentes a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR em segunda convocação serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes.

Art. 16. Todas as reuniões do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR serão públicas e abertas à manifestação dos participantes, mediante autorização do Presidente do Conselho.

Parágrafo único. Os participantes das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR deverão inscrever-se junto ao Secretário Geral para manifestar-se e aguardar a autorização do Presidente do Conselho, o qual deverá avaliar a oportunidade e conveniência do momento adequado para a manifestação.

Art. 17. Ao Presidente do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR compete:

I – representar o Conselho junto às autoridades, aos órgãos públicos e às entidades da sociedade civil;

II – dirigir as atividades do Conselho;

III – convocar e presidir as sessões do Conselho;

IV – proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

Art. 18. O Presidente do Conselho será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente do Conselho, e na ausência de ambos, o Secretário Geral do Conselho presidirá a reunião.

Art. 19. A Presidência e Vice-Presidência do Conselho será alternada entre mandato de representantes do Poder Público e representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º O Regimento Interno definirá a forma de indicação da Presidência e Vice-Presidência.

§ 2º O primeiro mandato da Mesa Diretora do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR será exercido por representantes do Poder Público.

Art. 20. Ao Secretário Geral do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR compete:

I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;

II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;

III – exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Art. 21. O Secretário Geral do Conselho será indicado pelo Presidente dentre os demais membros do Conselho, obrigatoriamente.

Art. 22. Ao Secretário Executivo do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR compete:

I – manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;

II – organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho.

Art. 23. O Secretário Executivo do Conselho será indicado pelo Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, dentre os servidores públicos integrantes de seu quadro de pessoal.

Art. 24. O Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR.

Art. 25. O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbindo à Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU adotar as providências necessárias para tanto.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 26. O Poder Executivo do Estado do Paraná deverá convocar a primeira Assembleia para eleição dos representantes da sociedade civil no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Lei, assegurando a publicidade e ampla divulgação.

Parágrafo único. A primeira Assembleia para eleição dos representantes da sociedade deverá ser realizada 15 (quinze) dias após a publicação do Edital de Convocação em Diário Oficial.

Art. 27. As diretrizes, prazos e metodologia para realização das demais Assembleias para eleição dos representantes da sociedade civil deverão ser regulamentadas em Regimento Interno.

Art. 28. O Poder Executivo do Estado do Paraná arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência dos Conselheiros não residentes em Curitiba e Região Metropolitana, para o exercício de suas funções.

Art. 29. O Poder Executivo do Estado do Paraná custeará as despesas dos Delegados eleitos nas Conferências Estaduais dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, para viabilizar a sua presença nas Conferências Nacionais.

Parágrafo único. A previsão do *caput* deste artigo refere-se tanto aos Delegados representantes do Poder Público quanto aos Delegados representantes da sociedade civil organizada.

Art. 30. O Poder Executivo arcará com as despesas de realização e divulgação nas Conferências Estaduais dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

u



ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria de Estado da Justiça,
Cidadania e Direitos Humanos



PROTOCOLO: 13.336.803-5

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
SEJU.

ASSUNTO: Anteprojeto de Lei do CERMA/PR.

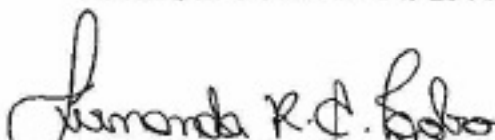
DESPACHO - NJA/SEJU

Trata-se de Anteprojeto de Lei que visa instituir no âmbito desta Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná

Encaminhe-se ao Grupo Orçamentário Setorial – GOS para manifestação quanto à possibilidade de impacto orçamentário ou financeiro do referido anteprojeto de lei para esta Secretaria.

Após, retorne este protocolado ao NJA/SEJU.

Curitiba, 27 de outubro de 2014.


Fernanda Regina Carneiro Lobo
Residente Técnica – NJA/SEJU

Confere com o original

SEGG/CTL, em 27/10/14

Ass. 



ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos
Humanos
Grupo Orçamentário Setorial



INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA nº 0909/2014/GOS

Protocolo:	13.336.803-5
Objeto:	Minuta de Anteprojeto de Lei para criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná.
Valor:	R\$ 13.000,00 – estimado para o ano de 2015
Data:	20/11/2014

Retificamos a Informação Orçamentária nº 0853/2014/GOS, que as despesas para custeio e manutenção do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná, órgão colegiado, deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações governamentais, deverão correr a conta da dotação orçamentária 4902.14422034.182 – Desenvolvimento de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos, categoria econômica da despesa corrente - 3, Fonte do Tesouro do Estado.

Esclarecemos que a despesa está contemplada no Plano de Metas do Governo, prevista no Plano Plurianual 2012-2015, conforme Lei 17.013 de 14/12/11, e está incluída na proposta orçamentária para o exercício de 2015 em trâmite na Assembleia Legislativa, não estando em desacordo com a Lei Complementar nº 101 de 04/05/00, conforme o que consta no Art 16 § 1º incisos I e II.

Maria Sirlene Zietek
Maria Sirlene Zietek

Chefe do GOS/SEJU

Confere com o original
Selo CTL, em
Ass.



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 122/2014

Curitiba, 21 novembro de 2014.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 02 DEZ. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/PR, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

A Constituição Federal de 1988, a partir das disposições acerca dos objetivos fundamentais (art. 3º), atribuiu ao poder público papel ativo para a garantia da dignidade da pessoa humana, erigida como fundamento da República (inciso III do art. 1º). Assim, é dever e compromisso da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos três Poderes, efetivar as promessas de uma sociedade livre, justa e solidária, de desenvolvimento nacional, de fim da pobreza e marginalização com redução das desigualdades sociais e regionais e de promoção do bem de todos sem qualquer discriminação.

Com base nestes preceitos, a Constituição ainda delineia um rol de direitos fundamentais garantidos a todos os residentes no país, expressos nos arts. 5º e 6º (direitos individuais e sociais, respectivamente).

No Estado Paraná, a Constituição Estadual também proclama e assegura a dignidade da pessoa humana e determina a proatividade do Estado para a defesa dos direitos humanos e da igualdade, o combate à discriminação e a busca permanente do desenvolvimento e da justiça social (art. 1º), além do respeito à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos nela estabelecidos. Dentre os segmentos que merecem uma atenção especial quanto às questões supracitadas, estão os estrangeiros: Migrantes, Solicitantes de Refúgio e Apátridas.

O número de estrangeiros no Brasil aumentou consideravelmente e de forma repentina, é o que se denota dos números trazidos pelo Ministério da Justiça. No tocante ao refúgio, o Ministério disponibilizou os números de solicitações no decorrer de 2010 até 2014. No ano de 2010 foram 566 pedidos, sendo estes de 47 nacionalidades. Este número veio crescendo e no ano de 2013 atingiu 5.256 solicitações de refúgio de 67 nacionalidades. Assim, verifica-se uma curva de crescimento acentuada e com expectativa de continuidade.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

M



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Esta política não se finda nos refúgios. As migrações para o Brasil aumentaram exponencialmente, seja pela concessão de vistos humanitários ou pelo conjunto de fatores que desencadearam o fluxo migratório contemporâneo que tem o Brasil como grande polo abarcador de migrantes.

Todo este deslocamento mundial se dá por diversos fatores, dentre eles destacam-se sintomas da globalização, da macroeconomia, do fluxo migratório e de grandes eventos que ocorreram e ocorrerão em nosso país.

Para exemplificar a questão migratória, citamos o estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com a Pontifícia Universidade Católica - PUC de Minas Gerais sobre os haitianos no Brasil. Da pesquisa, destaca-se que Curitiba é a quarta cidade que mais abriga haitianos e a de Pinhais a décima. Estas duas cidades também estão no ranking das que mais concedem vistos. Estima-se que o Brasil tem hoje mais de 40.000 haitianos e, destes, aproximadamente 10% encontram-se em território parananense.

Muitos destes estrangeiros, não somente os haitianos, estão em situação de vulnerabilidade e se submetem a empregos degradantes, situações vexatórias e são vítimas de diversos crimes em razão de sua raça, etnia, cor, religião e origem.

A Corte Internacional de Direitos Humanos, acerca do princípio da igualdade e destas situações migratórias, se posicionou conforme jurisprudência abaixo:

"Geralmente, os migrantes se encontram em situação de vulnerabilidade como sujeitos de direitos humanos, em uma condição individual de ausência ou diferença de poder a respeito dos não migrantes (nacionais ou residentes). Essa condição de vulnerabilidade tem uma dimensão ideológica e se apresenta em um contexto histórico que é distinto para cada Estado, e é mantida por situações de jure (desigualdades de nacionais e estrangeiros nas leis) e de facto (desigualdades estruturais). Essa situação conduz ao estabelecimento de diferenças no acesso de uns e outros aos recursos públicos administrados pelo Estado". (Jurisprudência da Corte Internacional de Direitos Humanos/Secretaria Nacional da Justiça, Comissão de Anistia, Corte Internacional de Direitos Humanos, Brasília, MJ, 2014, pg. 138).

A resolução A/RES/54/166 de 24.02.2000 da Assembleia da Nações Unidas versa também sobre esta temática de proteção do migrante: *"que a situação de vulnerabilidade em que costumam se encontrar os migrantes, devido, entre outras coisas, a que não vivem em seus Estados de origem e às dificuldades que enfrentam por causa de diferenças de idioma, costumes e cultura, bem como as dificuldades econômicas e sociais e os obstáculos para retornar a seus Estados de origem a que devem fazer frente os migrantes sem documentação ou em situação irregular."*

Ná continuidade da resolução, demonstra-se a preocupação *"pelas manifestações de violência, racismo, xenofobia e outras formas de discriminação e tratamento desumano e degradante de que são objeto os migrantes, em especial as mulheres e as crianças, em diferentes partes do mundo."*



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Esse êxodo para o Brasil trouxe novas discussões que outrora eram mínimas acerca da presença do estrangeiro em território nacional. Esforços conjuntos vêm sendo realizados para amparar toda esta demanda e a formação de um Conselho de Direitos, que trate destas questões, é fundamental para que tenhamos a sociedade civil e o poder público regularmente representados, debatendo e fiscalizando políticas públicas para esta população minoritária e, muitas vezes, em estado de vulnerabilidade.

A formação de Conselhos respalda-se na Política Nacional de Participação Social, estabelecida pelo Decreto nº 8.243/2014 que define os Conselhos de políticas públicas, em seu inciso II do art. 2º, como instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas.

O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná – CERMA/PR pretende deliberar sobre a elaboração e implementação de políticas públicas que atendam esta nova realidade, além de analisar e acompanhar as denúncias de violação de direitos desta população.

Por todo o exposto, justifica-se a criação do referido Conselho face aos direitos fundamentais deste segmento da população e a sua realidade social no Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLAVIO ARNS
Governador do Estado em exercício



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2014

Projeto de Lei nº 506/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 122/2014

Súmula: Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

EMENTA: CRIA O CERMA/PR – CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS. LEGITIMIDADE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA ANEXA.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade instituir, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior o CERMA/PR – Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

VISTA EM 03/12/2014

Trides Melo

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Conforme artigo 9º do projeto em tela, considera-se exercício da função de Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas o Paraná – CERMA/PR como de serviço público relevante e prioritário, justificando ausência a outros serviços e sem percepção de remuneração ou gratificação..

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como, a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Assim, oportuno ressaltar, com relação à iniciativa das Leis, a previsão da **Constituição do Estado do Paraná**, em seu artigo 65, seguinte:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ademais, da análise, verifica-se que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da **Constituição do Estado do Paraná**:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(vide ADIN 979-6)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (grifo nosso)

Sendo assim, a previsão do referido Conselho está inserido na estrutura organizacional da **Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU** que, conforme, Regulamento, Decreto nº 10.714, de 09 de abril de 2014, dispõe:

Art. 2º O campo de atuação da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU compreende as atividades relacionadas com a definição de diretrizes para a política governamental, focada no respeito à dignidade humana, bem como a coordenação de sua execução, nas áreas:

VII - de preservação dos direitos humanos e sociais e garantia das liberdades individuais e coletivas; (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser modificada, no que diz respeito ao Art. 5º, inciso V, que inclui na composição do Conselho um membro titular e um membro suplente, representantes da Secretaria de Estado, Emprego e Economia Solidária – SETP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



No entanto, observa-se que a dita Secretaria será extinta, por meio do projeto de lei nº 519/2014, ficando transferidas as respectivas competências à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, que passa a denominar-se de Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, 4º §º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como modificativa aquela proposição apresentada que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da Emenda Modificativa anexa, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 02 de dezembro de 2014.

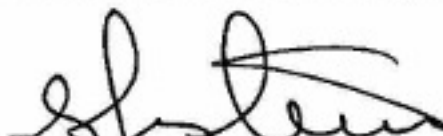


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury








Comissão de Constituição e Justiça




DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR







APROVADO
08/12/10




Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO Nº 506/2014

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa para alterar o Art. 5º, inciso V, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 5º A representação do Poder Público será composta por:

(...)

V – 01(um) um membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, a serem indicados pelo titular da Pasta;

Sala das Comissões, 02 de dezembro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR

APROVADO

08/12/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2014

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 122/2014, objetiva instituir, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

A Comissão de Constituição e Justiça por meio de seu Relator já exarou o parecer favorável, devidamente aprovado, por estarem presentes os requisitos constitucionais.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta traz em sua justificativa a finalidade de viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto à iniciativa no art. 65 e 66, e a competência privativa no art. 87, III todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, a proposta em questão não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que vem acompanhando a proposta a Informação Orçamentária nº 0909/2014 do Grupo Orçamentário Setorial da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, esclarecendo que a despesa está contemplada no Plano de Metas do Governo, prevista no Plano Plurianual 2012-2015, e está incluída na proposta orçamentária para o exercício de 2015.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

Deste modo, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim o devido parecer **Favorável**.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

15/12/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR

Dr. Waldyr

Dr. R. G. G. G.

Dr. Elton R. R.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Direitos Humanos e Cidadania



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 506/2014

Projeto de Lei nº. 506/2014

Autor: Poder Executivo

Súmula: Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo instituir, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU – o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas – CERMA/PR.

O seu objetivo é atuar como órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, tendo por finalidade viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes em todas as esferas da administração pública paranaense.

A proposição elenca as competências do Conselho, bem como sua quantidade de membros, forma de composição, nomeação, tempo de mandato, organização de suas reuniões, quórum de deliberação e competências de seus membros.

O Projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça no dia 08/12/2014, na forma de uma emenda corretiva, tendo como Relator o Deputado Pastor Edson Praczyk, e na Comissão de Finanças no dia 15/12/2014, tendo como relator o deputado Enio Verri, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do art. 33-U do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que a criação do conselho vem exatamente no sentido de garantir os direitos e garantias previstos em nossa Constituição Federal, da qual devemos destacar o art. 1º, inciso III, que garante a dignidade da pessoa humana, o art. 3º, incisos III e IV, que tratam como objetivos fundamentais da República a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação e, principalmente, o caput do artigo 5º, que garante o seguinte:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Direitos Humanos e Cidadania



Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

O objetivo do projeto vem de encontro ao considerável aumento do número de estrangeiros no Brasil, ocorrido nos últimos anos. Segundo dados do Ministério da Justiça, no ano de 2010 foram feitas 566 solicitações de permanência, enquanto em 2013 foram 5.256, número que vem crescendo desde o último balanço apresentado.

Cabe ressaltar que o Decreto Federal nº 8.243/2014 define as diretrizes da Política Nacional de participação Social - PNPS - e, em seu art. 2º, inciso II, prevê a função dos Conselhos:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

II - conselho de políticas públicas - instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas;

Diante do exposto, conclui-se que a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados é uma medida justificável quando analisada a situação dos estrangeiros em nosso país. Assim, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do presente Projeto, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 09 de março de 2014.

DEP. CÍRCULO
BRASILEIRO

DEPUTADO TADEU VENERI
Presidente

DEP. RASCA RODRIGUES

DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator

DEP. PAULO LITREO

DEP. MARIA VICTÓRIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 218/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 24 MAR. 2015

1º Secretário

Cria os cargos de Diretor de Comunicação e Secretário-Geral da Presidência, extingue dez cargos de simbologia G-6 e dá outras providências.

Art. 1º Cria dois cargos de simbologia G-1 na estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, os quais serão preenchidos pelos cargos de Diretor de Comunicação e Secretário-Geral da Presidência.

Art. 2º O art. 2º da Lei 16.792, de 25 de fevereiro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Aos cargos de Direção Superior, ficam atribuídas as seguintes simbologias:

- I - Diretor Geral, simbologia G;
- II - Procurador Geral, simbologia G-1;
- III - Diretor Legislativo, simbologia G-1;
- IV - Diretor de Assistência ao Plenário, simbologia G-1;
- V - Diretor Financeiro, simbologia G-1;
- VI - Diretor de Pessoal, simbologia G-1;
- VII - Diretor de Apoio Técnico, simbologia G-1;
- VIII - Diretor Administrativo, simbologia G-1;
- IX - Diretor de Comunicação, simbologia G-1; e
- X - Secretário-Geral da Presidência, simbologia G-1.

Art. 3º Extingue dez cargos de provimento em comissão de simbologia G-6 previstos no art. 10 da Lei 16.792, de 2011.

Art. 4º A alínea "c" do art. 10 da Lei 16.792, de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



c) 140 (cento e quarenta) cargos de simbologia G-6.

Art. 5º Autoriza a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa a promover as alterações orçamentárias necessárias à implementação do previsto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de março de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva criar os cargos de Secretário-Geral da Presidência e Diretor de Comunicação, ambos com a simbologia G-1.

Há muito tempo as funções existem na estrutura da Assembleia Legislativa e são de vital importância à Mesa Executiva. Contudo, os cargos não estão previstos nas leis que normatizam a Casa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



Atendendo ao princípio da legalidade, a proposta regulamenta definitivamente a prática adotada no Poder Legislativo.

O projeto ainda prevê a extinção de dez cargos de simbologia G-6 para afastar qualquer possibilidade de impacto financeiro.

O art. 4º visa corrigir a redação do art. 10 da Lei 16.792, de 2011 e adequar sua redação à nova estrutura de cargos.

Certos de que a alteração trará grandes avanços ao Legislativo do nosso Estado, apresentamos o presente projeto e contamos com o apoio dos demais parlamentares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 218/2015

Projeto de Lei nº 218/2015

Autor: Comissão Executiva

Súmula: Cria os cargos de Diretor de Comunicação e Secretário-Geral da Presidência, extingue dez cargos de simbologia G-6 e dá outras providências.

EMENTA: CRIA OS CARGOS DE DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA E EXTINGUE DEZ CARGOS DE SIMBOLOGIA G-6. POSSIBILIDADE. ART. 54 DA CE. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. ARTIGOS 117, 121 E 124 DO REGIMENTO INTERNO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Comissão Executiva, visa criar os cargos de Diretor de Comunicação e Secretário-Geral da Presidência, ambos com simbologia G-1, extinguindo, por



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



consequente, afim de não elevar a despesa da casa, 10 (dez) cargos de simbologia G-6, dando ainda, outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

Nas palavras de JOSÉ AFONSO DA SILVA, em seu **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO**, "todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".

Portanto, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que a Assembleia Legislativa detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 117 *Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.*

§ 1º *As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.*

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §1º:

Art. 121 *A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:*

§1º *Os Projetos de Lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.*

Sendo assim, o Projeto de Lei é cabível para legislar sobre a criação, transformação ou extinção de cargos da Assembleia, conforme o Artigo 54, inciso I, da Constituição do Estado do Paraná, conforme se observa:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Ainda, a presente medida visa extinguir 10 (dez) cargos de simbologia G-6 para então criar os (02) dois cargos de simbologia G-1, de forma a afastar de plano qualquer impacto financeiro, conforme justificativa anexada ao projeto.

Dessa forma, resta afastada a necessidade de se apresentar os documentos exigidos pelo Art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000, tendo em vista a inexistência de impactação financeira em decorrência da compensação acima mencionada.

Vislumbra-se, portanto, que a Assembleia Legislativa detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei em tela.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.


Dep. Estadual **TIAGO AMARAL**

RELATOR


Dep. Estadual **NELSON JUSTUS**

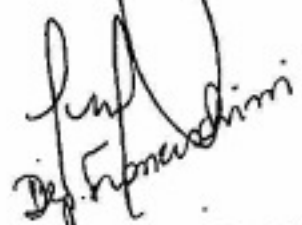
PRESIDENTE


Dep. Estadual **PAULO DE CAILI**


Dep. Estadual **DEPICILES**


Dep. Estadual **GUTO**

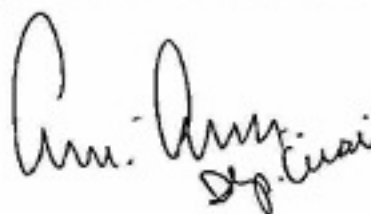

Dep. Estadual **GILSON SOUZA**


Dep. Estadual **FRANCALINI**

Praça Nossa Senhora do Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

31/03/15


Dep. Estadual **CUIÁ**


Dep. Estadual **PASTOR**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 218/15

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo da Comissão Executiva, que objetiva criar os cargos de diretor de Comunicação e Secretário Geral da Presidência, e extingue 10 (dez) cargos de simbologia G-6 e dá outras providências.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, observamos que a matéria em epígrafe recebeu o devido parecer favorável do Nobre Deputado Tiago Amaral, sendo o mesmo aprovado por unanimidade

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se na justificativa do autor que a proposta visa criar os cargos que não estão previstos na legislação que normatiza a Casa, tendo em vista as funções já existirem na estrutura da Assembleia Legislativa.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, no art. 65, da Constituição Estadual.

De igual modo o art. 54, III da Constituição do Estado, assegura à competência privativa a Assembleia Legislativa.

Insta observar que, a proposta não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, pois o autor da proposta informa que as alterações propostas não geram impacto financeiro na medida em que se extingue 10 (dez) cargos de simbologia G-6.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças




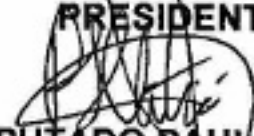
CONCLUSÃO


Isto posto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.


Sala das Sessões, 08/04/15



DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE


DEPUTADO PAULO LITRO
RELATOR


Dep. Seamanaca


Dep. Tiago


Dep. Elio


Dep. Tadeu